

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA  
EDUCAÇÃO BÁSICA

**CURRICULO E DIVERSIDADE: uma interlocução necessária no cotidiano  
escolar**

Rosana da Silva Santos

Belo Horizonte  
2015

Rosana da Silva Santos

**CURRÍCULO E DIVERSIDADE: uma interlocução necessária no cotidiano escolar**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Diversidade, Educação, Relações Étnico-Raciais e de Gênero, pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): Ana Amélia Laborne

Co-orientadora: Shirley Aparecida de Miranda

Belo Horizonte

2015

Rosana da Silva Santos

**CURRÍCULO E DIVERSIDADE: uma interlocução necessária no cotidiano escolar**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Diversidade, Educação e Relações étnico-raciais e de gênero, pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): Shirley Aparecida de Miranda

Aprovado em 9 de maio de 2015.

BANCA EXAMINADORA

---

Nome orientador – Faculdade de Educação da UFMG

---

Nome do Convidado – Instituição a que pertence

***Dedicatória***

***Aos meus filhos e netas, pelo carinho e amor e paciência.***

## **AGRADECIMENTOS**

A professora Shirley Miranda, por ser minha inspiração.

A minha orientadora Ana Amélia, pela dedicação e paciência

A meus colegas de trabalho Geise e Patrick, pela paciência e colaboração.

A minha colega de classe Marília.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta construção.

**“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto. A bondade humana é uma chama que pode ser oculta, jamais extinta...”**

***Nelson Mandela***

## RESUMO

Este trabalho trata da descrição, análise e conclusão do plano de ação realizado ao longo do segundo semestre do ano de 2014 e janeiro de 2015, na Escola Municipal Moysés, com o objetivo de implementar a lei 10.639/03 que obriga todas as instituições de ensino do Brasil inserir o conteúdo de História e Cultura Afro-Brasileira e da África em seus currículos. A partir da constatação da existência de falha no currículo da Escola Municipal Moysés Kalil, que vem representando obstáculo para a efetivação desta lei nesta instituição, nos propusemos a formação de uma comissão para ler, estudar, analisar e discutir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Assim buscamos nos prepararmos para que posteriormente, ao longo do ano de 2015, possamos reestruturar nosso currículo organizando, elaborando e incorporando a ele conteúdos para a disciplina Diversidade Cultural e Relações Étnico-Raciais. Para que esta ação se efetivasse foi realizada a coleta de depoimentos de educadoras da escola que confirmaram a existência do problema; assistimos, analisamos e discutimos o documentário “Heróis do Mundo”, que descreveu a história de trinta personalidades negras e sua contribuição em várias áreas do conhecimento, cultura e história do Brasil; participamos do curso de formação Diversidade no Contexto da Contemporaneidade, com a Professora Mara Caetano do Núcleo de Formação para as Relações Étnico-Raciais da SMED/BH. Também aconteceram reuniões para que a comissão realiza-se estas ações. Tivemos como base teórica as obras de Kabengele Munanga, Nilma Gomes e Marlucy A. Paraíso que nos propuseram reflexão acerca da necessidade de desconstruir estereótipos, reconhecendo as complexidades do continente africano e a necessidade de currículos que permitam o ziguezaguear de educadores comprometidos com projetos multiculturais e com a equalização da diferença.

Palavras-chave: Currículo. Diversidade Cultural. Relações étnico-raciais.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>07</b>
<b>2. CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....</b>	<b>XX</b>
<b>3. REFERENCIAIS TEÓRICO.....</b>	<b>XX</b>
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>XX</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>XX</b>
<b>6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>XX</b>
<b>7. ANEXOS.....</b>	<b>XX</b>

## 1 – INTRODUÇÃO

Desde que chegou à Escola Municipal Moysés Kalil a informação que havia uma legislação que determinava a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e da África (Lei 10.639/03) alguns profissionais da escola vem tentando implementar a referida legislação, incluindo nos currículos a temática da história e cultura afro-brasileira.

Esta escola se localiza no bairro Mantiqueira, um bairro da periferia da região de Venda Nova, e atende a uma comunidade de baixa renda oferecendo o primeiro e o segundo ciclo do ensino fundamental. Os alunos são em sua maioria negros e pardos. É também considerada uma região de vulnerabilidade social.

Como professora desta escola desde 2002 recebi formação sobre a lei e implicações para efetivação como conteúdo, no curso a cor da cultura promovido pelo MEC através da secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, com duração de quatro dias e em duas etapas, sendo a primeira em 2010 e a segunda em 2011.

Os participantes deste curso eram chamados “agentes multiplicadores” e, tinham como objetivo potencializar a formação obtida no curso a todos os profissionais de educação das variadas redes de ensino participantes.

Na Escola Municipal Moysés Kalil essa formação continua esbarrou em preconceitos e questionamentos que eu, como “agente multiplicador”, não consegui vencer e nem responder por ainda ter formação limitada no assunto.

No ano de 2010 o nosso PPP (Plano Político Pedagógico da escola) estava sendo construído. Na elaboração do Currículo (que é parte fundamental do PPP) não foram incorporados conteúdos referentes ao tema da diversidade a História da África e Cultura Afro-brasileira, ou dos povos indígenas. Isso se deu a partir da orientação do profissional que estava prestando assessoria na construção do PPP, professor Guilherme Santana que nos apontou a importância desses conteúdos em todas as disciplinas, principalmente nas disciplinas de geografia e história, não sendo necessário formar uma disciplina à parte.

Os grupos de trabalho formados por professores das disciplinas específicas que se reuniram para elaborar os conteúdos programáticos, mesmo com essa intervenção, acabaram por não incluir nas disciplinas de geografia e história nenhum

conteúdo referente a história da África e Cultura Afro-brasileira.

Os professores da escola não se sentiam preparados para trabalhar a temática de maneira qualificada e, além disso, falta de orientação pedagógica, não havia na escola material didático e literário apropriado, somente o kit: “A cor da cultura”, uma vez que o acervo existente hoje na biblioteca da escola só começou a chegar a partir do ano 2011.

A partir do ano de 2012 na ficha avaliativa do aluno, conhecida como boletim, foi incluído, por determinação da SMED (Secretaria Municipal de Educação), como conteúdo disciplinar Diversidade Cultural e Relações Étnico-raciais, na parte diversificada, sendo portanto necessário avaliar o desempenho do aluno neste conteúdo e dar a ele um conceito : A,B, C, D ou E (ver em anexos).

Alguns professores passaram então a criar projetos que culminavam em avaliações formais mediante apresentações de trabalhos como: pesquisas escrita, leitura de poemas, encenações teatrais, produção de texto, entre outras. Com o passar do tempo esses projetos foram se tornando cada vez mais raros e repetitivos, desenvolvidos sempre pelas mesmas pessoas que sempre os conduziam. Era comum, por exemplo, um aluno pesquisar sobre religiões afro-brasileiras no terceiro ano do primeiro ciclo e, ao chegar ao segundo ciclo fazer a mesma pesquisa com os mesmos objetivos e enfoques. A constatação desta realidade em nosso cotidiano escolar aponta para a falta de um currículo que possibilite a sistematização de conteúdos e projetos pedagógicos, de forma a serem desenvolvidos em todos os anos dos dois ciclos, de forma gradativa e sistemática.

Constatamos então que a ausência de um currículo que permita uma melhor organização pedagógica é uma dificuldade para a implantação efetiva da lei 10639/03 na escola contribuindo para a manutenção das desigualdades raciais no âmbito escolar e, conseqüentemente, com a exclusão de alunos e alunas, em sua maioria pretos e pardos, ao processo de conscientização de direitos à sua história e construção de uma identidade positiva.

Esta realidade, associada ao desconhecimento e má interpretação da ficha avaliativa de 2014, que substituiu a disciplina Estudos Afro-Brasileiros por Diversidade Cultural e Relação Étnico-Raciais, a mando da SMED, fez com que muitos professores se sentissem desobrigados a ministrar conteúdos da disciplina, por estes não estarem especificados no currículo.

Diante da realidade apresentada entendemos que é pertinente pensar em uma

intervenção na instituição escolar por meio de um plano de ação que possa reorganizar o currículo a fim de problematizar a inexistência de ações que promovam o combate às desigualdades raciais. Entendemos que essa questão não é individual mas de toda comunidade escolar Moysés Kalil e, dificultando a implementação da lei 10639/03 e, conseqüentemente, o enfrentamento a exclusão social e racial. É preciso construir um novo currículo que promova projetos multiculturais de acesso a história e cultura africana e afro-brasileira, que favoreçam a construção da identidade de indivíduos e, da comunidade escolar, para uma existência digna e transformadora.

Objetivamos então formar uma comissão de professores para dar início à implementação de ações coletivas para ler, estudar, analisar e discutir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Posteriormente, ao longo do ano de 2015, buscaremos organizar o conteúdo programático da disciplina Diversidade Cultural e Relações Étnico-Raciais.

## **2 – CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA**

No dia 6 de setembro de 1997 inaugurou-se a Escola Municipal Moysés Kalil, situada na Rua 65, sem número, no bairro Mantiqueira. Atualmente está localizada na rua Afonso Pereira da Silva, número 10. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) escolheu o nome Moysés Kalil prestando homenagem ao Sr. Moysés Kalil, que nasceu em Sadat, uma pequena cidade da Síria, no dia quatro de dezembro de 1896. Em 1913, com apenas 16 anos veio para o Brasil, estabelecendo-se em Belo Horizonte onde se tornou um comerciante prospero. Apesar de ser bastante jovem e estrangeiro, contribuía para o crescimento e desenvolvimento da cidade. Foi proprietário rural em Venda Nova, onde tinha um grande círculo de amizades. Faleceu em 26 de setembro de 1964.

A construção desta unidade escolar iniciou-se na administração do prefeito e engenheiro Luiz Verano, com a doação do terreno por Moysés Kalil.

Em 1980 a escola começa a funcionar com 16 salas de aula, 32 professoras, 14 auxiliares e 1200 alunos. Atualmente atende 34 turmas de ensino fundamental, uma turma do EJA Juvenil, 04 turmas na modalidade EJA (Educação de Jovens e

Adultos), perfazendo um total de 971 alunos.

A partir de 2008 implantou-se o atendimento, em dois turnos, para os alunos, do programa Escola Integrada. Hoje este programa conta com aproximadamente 402 alunos.

Nos fins de semana a escola permanece aberta para a comunidade através do programa do Governo Federal denominado Escola Aberta. Essas atividades de fim de semana atendem em média a 250 alunos e pessoas da comunidade.

A instituição desenvolve ainda outras ações educativas e sociais, O Programa Saúde na Escola tem a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da educação básica, com ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. Já o Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP) é destinado aos estudantes do ensino fundamental com defasagem no processo de apropriação do sistema de escrita e leitura alfabética. Percebe-se que estes programas são ações que acontecem de forma paralela ao trabalho do professor em sala de aula, com objetivo de ampliar os momentos de formação dos alunos.

Outro ponto que merece destaque nessa discussão é o Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento que dá fundamentação ao trabalho desenvolvido em uma instituição de ensino. Nele estão expostas as concepções, a organização dos tempos e dos espaços dos alunos e profissionais, a metodologia de trabalho, entre outros aspectos essenciais que visam garantir um atendimento de qualidade.

O PPP da Escola Municipal Moisés Kalil é resultado de um trabalho colaborativo que envolveu estudos e debates sobre concepções pedagógicas, além de um importante levantamento do perfil sócio econômico da população atendida e da comunidade na qual a instituição está inserida. Os autores desse documento são, portanto, os próprios profissionais que atuam na instituição. No documento aparecem os princípios, objetivos e metas dos profissionais da instituição e se mostra como instrumento orientador da ação educativa, que organiza intencionalmente o trabalho pedagógico e também na ajuda de melhorias no atendimento oferecido na educação desta instituição.

Segundo este documento a visão da escola é ser referencia de organização administrativa e pedagógica comprometida com uma educação eficiente, eficaz e integral do aluno. E a missão é garantir o ambiente escolar organizado coletivamente de forma a promover o crescimento intelectual e pessoal do aluno.

O projeto político pedagógico da escola esta em processo de reformulação por

apresentar algumas lacunas. Uma delas é o não atendimento à lei 10.639/03. A realização desse trabalho é uma das ações pensadas para auxiliar na reformulação do PPP com o objetivo de preencher essa lacuna.

### 3 – REFERENCIAIS TEÓRICOS

O estudo sobre a temática racial é recente nas discussões do cenário educacional. Para implementação da Lei 10.639/03 é necessário compreender o processo histórico de acesso da população negra à escola. Os afrodescendentes no Brasil, vem ao longo de décadas sendo “invisibilizados” pelo processo educacional. Segundo Munanga (2009),

A Lei 10.639/03 coloca aos educadores brasileiros uma questão ainda não totalmente equacionada. Trata-se de saber o que África e que o Brasil negro podem transmitir aos alunos do ensino básico. A África é tão complexa e diversa que fica difícil definir por onde começar, sobretudo quando se trata de uma disciplina de iniciação do aluno num terreno repleto de preconceitos acumulados durante o período escravista e colonial. (MUNANGA,2009, p.9)

Diante dessa afirmação, faz-se necessária a reorganização do currículo escolar, uma vez que os educadores se veem perdidos na complexidade do assunto África e africanidades.

Diante do desafio de desconstruir o estereótipo criado sobre o continente africano no imaginário dos estudantes, surgem algumas questões: Por onde começar? Que orientações pedagógicas seguir? São perguntas que educadores se fazem em sua prática pedagógica. Nesse momento, é importante pensar na implementação de novas diretrizes para que este estereótipo seja substituído por uma imagem menos idealizada de uma África autêntica em sua multiplicidade cultural, histórica e econômica. Ainda conforme Munanga e Gomes (2003),

“Até hoje, nas imagens que são veiculadas sobre a África, raramente são mostrados os vestígios de um palácio real, de um império, as imagens dos reis e muito menos as de uma cidade moderna africana construída pelo próprio ex-colonizador. Geralmente, a África ainda é apresentada de forma dividida e reduzida, focalizando os aspectos negativos, como atraso, guerras ‘tribais’, selva, fome, calamidades naturais, doenças endêmicas, AIDS, etc.” (Munanga & Gomes, 2006, p.36).

A lei 10.639/03 nos coloca vários desafios para os educadores. A construção de uma postura positiva ao apresentar aspectos históricos e culturais da África, é fundamental para desmistificar estereótipos sobre o referido continente. Com relação às questões políticas, sociais e econômicas é necessária a contextualização histórica da intervenção perversa do colonizador europeu que, em função de interesses imperialistas, alterou os destinos do povo africano, bem como as consequências da diáspora compulsória pela qual o povo africano passou.

Estes desafios nos oportunizam organizar os conteúdos que incluam o continente africano de maneira menos preconceituosa, trabalhando a diversidade e as relações étnico-raciais de forma positiva e desconstruindo o imaginário negativo para que os alunos afrodescendentes se orgulhem de seu pertencimento racial e de sua ancestralidade. Entende-se a urgência desse debate para que se eduquem reconhecendo a grande e importante contribuição do povo africano. Não só são grandes os desafios postos, mas vencê-los é nosso maior dever como educadores.

Se a temática racial nos coloca desafios, sem dúvida que um dos maiores é a reorganização dos currículos das escolas, para a efetiva implementação da Lei 10.639/03.

Numa nova perspectiva, o currículo deve ser pensado considerando as diferenças. Não apenas as raciais, mas todas as diferenças dos variados grupos sociais da sociedade. Paraíso (2012) afirma,

“É a diferença também que esta em foco quando, no campo do currículo, traçamos os novos mapas políticos e culturais contemporâneos, as multiculturalidades do nosso tempo, os processos pós-coloniais, as questões da diferença sexual, de gênero, etnia, raça, geração, sexualidades. É a diferença que tentamos exprimir quando abordamos as múltiplas lutas de diferentes grupos pelo e no currículo, pela e na produção de saberes e quando tratamos da alteridade dos/as diferentes que desejam ser educados de modo a possibilitar viver suas próprias experiências.” (Paraíso, 2012, p.192).

Ainda segundo Paraíso (2010),

Sabemos que um currículo constitui-se em matéria-forma que opera com a imitação, a ilustração e a representação porque objetiva uma “formação”, uma “identificação”, uma “homogeneização”, um determinado “desempenho”. O problema é que tudo isso paralisa o movimento, o ziguezaguear, o fluxo da vida. Se a forma paralisa o movimento a força é “deformadora” das formas, mobilizadora da diferença e agenciadoras dos

devires. (PARAÍSO, 2010, p.193,).

Paraíso (2010) defende um currículo que reconheça as lutas de diferentes grupos sociais e seus saberes, assim como a valorização de suas diferenças. Na contemporaneidade as questões sobre as diferenças estão postas a toda sociedade brasileira e em particular às escolas. Contudo para que as diferenças façam parte da construção de uma sociedade democrática com cidadãos efetivos e um Estado de direito, é preciso “deformar” os currículos que se constituem de matéria-forma e que, por isso, impedem o ziguezaguear, o movimento das diferenças que é a força agenciadora de devires.

#### **4 – METODOLOGIA**

Para concretização do trabalho proposto, optei por adotar algumas práticas metodológicas a fim de obter um resultado qualitativo na leitura, estudo, análise e discussão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e da África, como também para formação da comissão que iria executar esta tarefa.

As atividades do plano de ação foram desenvolvidas por meio de vários procedimentos. Primeiramente realizei a coleta de depoimentos. Vencida essa etapa, iniciamos as reuniões que objetivavam a reorganização do currículo com base nas legislação acima citadas.

Em uma primeira reunião explanamos sobre o plano de ação à direção, a coordenação pedagógica e ao corpo docente da Escola. O principal objetivo era obter apoio e cooperação na implementação do projeto. As partes apoiaram e incentivaram a referida ação, por entender que o plano de ação contribuirá para o avanço pedagógico da escola. Instituiu-se nesse momento uma comissão para ler, estudar, analisar e discutir os documentos oficiais que tratam da temática da diversidade e das relações étnico-raciais.

Em um segundo momento partimos para coleta de depoimentos objetivando constatar a situação problema por parte de outros profissionais da escola. Coletei depoimentos de duas professoras: Simone e Andreia. Nesses depoimentos as

profissionais citaram a necessidade de reorganização do currículo da escola para que seja implementada a Lei 10.639/03. Por meio de um conteúdo programático seriam estruturadas orientações para prática pedagógica para as relações étnico-raciais e ensino de história da África e estudos sobre a cultura afro-brasileira.

Também coletamos o depoimento da coordenadora Eliane que declarou ter detectado a inexistência de um conteúdo programático da disciplina Diversidade Cultural e Relações Étnico-Raciais, acrescentando ter feito curso de formação na temática racial em 2013, mas se deparou com a resistência e os preconceitos do grupo docente, ao tentar disseminar essa discussão no ambiente escolar.

O último depoimento que coletamos foi da bibliotecária Maria do Carmo. A profissional relatou em seu depoimentos que, apesar da biblioteca contar com um grande acervo, a procura por parte do corpo docente ainda é pouca se restringindo ao 20 de novembro, dia em que comemoramos a morte do líder negro Zumbi dos Palmares. Essa busca pontual ao acervo da biblioteca pode significar o pouco interesse na temática, comprometendo o cumprimento da Lei 10.639/03.

Diante da discussão proposta na instituição, foi solicitado pela comissão instituída, junto à direção da escola, um curso para os professores da escola ministrado pela Professora Mara Catarino, responsável pelo núcleo Diversidade e Relações Étnico-Raciais da Prefeitura de Belo Horizonte. O início do curso foi agendado para o dia 22 de agosto de 2014 com objetivo de formar os professores que ministravam a disciplina Diversidade Cultural e Relações Étnico-raciais, sobre a aplicabilidade da Lei 10.639/03. Acredita-se que dessa maneira poderemos contribuir também para a preparação destes profissionais no que diz respeito à reformulação curricular, ou seja, construção e organização dos conteúdos programáticos para a disciplina propostas pela comissão.

A comissão se reuniu na sala de vídeo da biblioteca, no dia 07/01/15, para assistir e analisar o conteúdo do documentário “Heróis de Todo Mundo”. No documentário são apresentadas trinta personalidades negras que se destacaram em várias áreas ao longo da história do Brasil. Estas personalidades foram apresentadas por expoentes das artes cênicas, ciências, letras, educação, música, esportes e outros. Cada expoente se identificava como sendo um herói, narrava sua vida, seus feitos importantes e terminava dizendo uma frase de efeito dita por este herói que o imortalizou. Logo em seguida o narrador se identificava nome e profissão, e terminava dizendo: “sou um/uma cidadão/cidadã negro/a brasileiro/a.

Ao assistir o documentário a comissão decidiu criar um diário para que as impressões, observações, discussões, opiniões, exemplos e conclusões fossem registrados. Não só sobre o documentário, mas fazer apontamentos das reuniões de leitura, estudo, análise e discussão dos documentos propostos e do curso de formação.

## **5 – PLANO DE AÇÃO**

Este plano de ação consistiu e em, primeiramente, formar uma comissão para ler, estudar, analisar e discutir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O objetivo era nos informar e nos preparar e, posteriormente, ao longo do ano de 2015, junto com o grupo docente, coordenação pedagógica e direção da escola, construirmos e organizarmos o conteúdo programático da disciplina: Diversidade Cultural e Relações Étnico-Raciais, que hoje faz parte do nosso currículo.

Já pensando nas ações necessárias para iniciar o plano de ação, iniciei a coleta de depoimentos de algumas pessoas do corpo docente e da bibliotecária da escola, , a cerca da viabilização e implementação efetiva da Lei 10.639/03 em nosso cotidiano escolar.

Constatamos, por meio dos depoimentos, que as profissionais da escola também detectaram a não implementação da lei 10639/03 na Escola. As professoras Simone, Andreia e a coordenadora pedagógica Eliane relataram suas impressões sobre esse ponto.

A professora Simone relata que quando surgiu a lei 10639/03, ficou aguardando algo que nos auxiliasse a organizar e a viabilizar a prática pedagógica. O curso promovido pela SMED/BH e que os materiais enviados à escola necessitavam de serem amplamente estudados, o que não ocorreu, pois, segundo ela as demandas na escola são muitas, o tempo para o “repasso” ao grupo foi pequeno, e nem todos os profissionais da escola se sentem à vontade e/ou preparados para o desafio de trabalhar com o “novo”. Ainda segundo Simone o conteúdo entrou como Parte Diversificada com o Título de Estudos Afro-Brasileiros e foi sendo trabalhado de acordo com o entendimento de cada professor que o assumiu como disciplina.

Segundo suas Observações, Simone nos diz que alguns professores têm demonstrado grande habilidade em desenvolver “projetos“ e/ou “materiais” sobre a temática, mas não há uma sequência, uma estrutura.

“Sinto uma maior dificuldade deste trabalho com os alunos do primeiro ciclo. Sempre encontrei em nossa biblioteca materiais voltados ao professor e aos alunos maiores. Às vezes, percebo que o trabalho fica muito repetitivo e que falta uma organização, uma sequência metodológica e melhor preparação do corpo docente para se sentirem motivados a realizarem este trabalho. Ao discutirmos o currículo da Escola em 2012 quando construímos o nosso PPP, não ficou claro a inclusão deste conteúdo, que, segundo a orientação do assessor, deveria estar distribuído nas demais disciplinas. Mas eu tenho certeza de que nos falta conhecimento, familiaridade com o conteúdo. Precisamos desenvolver práticas voltadas ao nosso público e organização para se efetivar este trabalho. O que devemos ensinar? Só podemos dar aquilo que temos. A maioria de nós estudou uma História bem diferente da que precisamos ensinar hoje. E esta temática vai além de se ensinar um conteúdo. Ela mexe com feridas vivas. “Tem que ser trabalhada com discernimento, paciência e amor”.

Analisando o depoimento da professora Simone fica evidente a necessidade de reorganizarmos o currículo a fim de promover mudanças substanciais em nossa prática pedagógica. É preciso que o currículo oriente a elaboração e organização de conteúdos, projetos, ações e posturas para a efetivação da lei 10.639/03.

Já a professora Andreia faz uma análise apontando outros aspectos que comprometem a implementação da lei em nossa escola:

“Pensar que a viabilização da lei 10.639/03, pode ocorrer somente meio de um curso de capacitação, de quarenta horas, promovido pela SMED-BH para uma única professora da escola a fim que esta repassasse aos demais, sem garantir o tempo adequado para, isto é um engano. Além disso a falta de um currículo e a pouca procura pelos materiais didáticos e de literatura da biblioteca, não garante o objetivo básico de promover a formação de uma identidade, a conscientização e a busca de direitos de todo cidadão. Sejam realistas o que a PBH e as demais administrações públicas por meio de suas secretarias de Educação fizeram até agora ainda não foi suficiente para a real promoção da igualdade racial. A participação de poucas horas em curso, não capacita ninguém a ser “agente multiplicador“ de um assunto que agrega tanto preconceito e conceitos a serem conhecidos e concebidos. A lei foi criada, o material bibliográfico e literário chegou a nossa biblioteca mas o currículo não foi reorganizado. E mesmo cabendo ao professor a efetivação da lei 10.639/03 nas escolas. Isso ainda não ocorre em nossa escola apesar do esforço de alguns professores ousados que desenvolvem projetos isolados”.<sup>1</sup>

A professora Andreia em seu depoimento demonstrou pessimismo com relação as políticas públicas para a implementação da lei 10.639/03 em nossa realidade escolar. Apesar de certa autonomia as unidades escolares ainda encontram dificuldades em organizar o tempo exclusivo para a capacitação interna de seus

profissionais. Neste sentido o nosso plano de ação veio somar e oportunizar esta formação. Pois promoveu a formação dos participantes da comissão, assim como a dos professores que ministram a disciplina Diversidade Cultural e Relações Étnico-Raciais. Também o acervo da biblioteca pode ser conhecido, identificado e estudado. Portanto os primeiros e precisos passos já foram dados para a transformação de nossa realidade escolar no que diz respeito ao cumprimento da lei 10.639/03 e, conseqüentemente, a busca por ações pedagógicas que promovam a construção da identidade étnico-racial de nossos alunos, orgulho em seu reconhecimento e respeito às diversidades. Sendo estes princípios básicos para o efetivo exercício da cidadania.

Na visão da coordenadora pedagógica Eliane, as relações étnico-raciais e das diversidades, apesar da lei 10.639/03, em nossa escola, ainda caminha lentamente. Segundo ela na escola falta um conteúdo programático e também há limitações e preconceitos por parte do corpo docente sobre o assunto.

“Ainda não existe a especificação dos conteúdos para cada ano de cada ciclo. Os professores fazem o planejamento individual, apesar de muitos trabalharem com turmas de mesmo ano. O material específico do tema, livros que se encontram na biblioteca, ainda são pouco utilizados. Atualmente os alunos do sexto ano fazem um trabalho específico cuja culminância é a visita técnica em Ouro Preto. As coordenadoras pedagógicas fizeram um curso de formação, no final do de 2013 com Maria Rosália de Nascimento no núcleo de Relações Étnico Raciais da SMED. Esta se disponibilizou a nos ajudar na elaboração dos conteúdos. Porém ao repassar para o grupo, com o intuito de iniciar a construção do conteúdo programático, esbarramos na resistência dos professores”.

Com relação ao depoimento da bibliotecária Maria do Carmo sobre a procura e o uso do material relativo as questões Étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana, por parte dos professores de nossa escola, embora triste, o depoimento não nos surpreendeu.

“Em sua grande maioria os professores buscam o acervo da biblioteca apenas na semana da consciência negra, em novembro. Hoje disponibilizamos um acervo diversificado com vários títulos, em uma estante específica sobre o assunto, subdividida em relações étnicos raciais, literatura afro-brasileira e África em Geral. Lembro-me bem que quando eles chegaram a biblioteca foi divulgado na sala dos professores, porém poucos professores tomaram conhecimento. Não os culpo, eu entendo, também sou professora e sei que as nossas demandas são muitas e hoje principalmente com as avaliações externas damos foco mais a matemática e o português e inconscientemente acabamos deixando de lado a literatura afro-brasileira e o cumprimento da LDB como também da Lei 10.639/03”.

O depoimento da bibliotecária só veio reforçar as constatações apontadas anteriormente: a falta de um currículo que organize conteúdos programáticos, elaborados a partir do estudo do acervo bibliográfico existente na escola, impede um desenvolvimento pedagógico da escola no sentido de cumprir a lei bem como de formar cidadãos em nossa comunidade escolar que tenham por base o reconhecimento de seu pertencimento étnico-racial e o respeito ao diferente em uma sociedade de diversidades.

Apos colhermos os depoimentos iniciamos nossas reuniões. A primeira, realizado no dia 16 de agosto, se tratou do encontro da comissão com a coordenação pedagógica e direção da escola com objetivo de encaminhar ações e decisões no sentido de auxílio a comissão em suas demandas. A direção, assim como a coordenação, se prontificaram a nos dar a assistência necessária para o desenvolvimento das atividades. Primeiramente os espaços da biblioteca e da sala de vídeo foram os espaços destinados para as ações. Também foram disponibilizados toda materialidade necessária assim como os recursos didáticos.

No dia 22 de agosto, agendado pela direção junto ao Núcleo de Formação para as Relações Étnico-raciais da SMED, iniciou-se, com a professora Mara Catarino, o curso diversidade no contexto da contemporaneidade.

O curso teve início às oito horas e término às doze horas, com a participação do grupo de professoras da escola responsáveis pela disciplina Diversidade cultural e Relações Étnico-raciais, além da comissão.

Depois das devidas apresentações, a professora iniciou sua fala apontando princípios que os educadores no processo educativo devem oferecer ao seu público, como a valorização da cultura do/a aluno/a e de seus conhecimentos prévios, realizados cotidianamente na prática de seu trabalho. Ponderou também sobre a necessidade de trabalhar a autoestima do educando promovendo a valorização de seus saberes, bem como associar à aprendizagem dos códigos linguísticos a reflexão visando a formação integral do educando. Além disso, ela propõe garantir que no processo de aprendizagem o educando apreenda plenamente, para que possa fazer uso dos instrumentos da cultura letrada; Por fim, ensinar e garantir atitudes reflexivas e participativas para o exercício da cidadania e articular diversas áreas de conhecimento.

Partindo destes princípios a professora Mara pontuou algumas possibilidades de trabalho: Inserir na discussão as diferentes matrizes culturais na conformação com

a identidade do brasileiro; articular a musicalidade africana no ensino da língua portuguesa, bem como no ensino da literatura, das artes, da história da geografia, e outras áreas; Explorar a oralidade como ferramenta de construção da linguagem escrita; Explorar a musicalidade africana também permitindo a contemplação da geografia e história de diferentes etnias negras. Neste momento Mara ressaltou a importância em demonstrar a existência de várias etnias negras com especificidades culturais próprias no continente africano; e discutir o sentido de ser escravizado, debatendo o mito da democracia racial.

Após estas primeiras sugestões à professora Mara passou a nos informar sobre a importância de apresentar as crianças, do primeiro ciclo, coisas positivas sobre os negros. Segundo ela ainda na educação infantil as crianças começam a construir sua identidade individual e de seu grupo étnico. Entre seis e oito anos elas começam a entender o que acontece nos grupos com relação à diferenciação com outros grupos étnicos. Neste momento é importante que a criança tenha consciência da existência das raças não de maneira estereotipada. Segundo a palestrante nesta idade as crianças tendem a gravar mais, na memória, os pontos negativos sobre um determinado assunto. Por isso é tão importante representações e referências positivas relativas ao continente africano e ao negro.

Segundo Mara a literatura afro-brasileira e africana nos oferece rico acervo para trabalharmos as questões da construção das identidades raciais, próprias para os alunos do primeiro ciclo.

É necessário chamarmos atenção das crianças sobre as condições climáticas como sendo responsáveis pelas diferenças de fenótipos raciais (nariz, cabelo, cor, entre outros).

Ela também afirmou ser interessante apresentarmos às crianças os vários gêneros e instrumentos musicais africanos e afro-brasileiros, existentes além de samba e tambor. “É importante tratarmos a música negra como expressão de liberdade”, afirmou Mara.

Já a partir do segundo ciclo podem ser apresentadas às crianças, os processos históricos por que passaram as populações do continente africano. A diáspora compulsória para outros continentes, os processos de colonização e partilha da África e suas consequências econômicas, políticas e sociais para o continente hoje. Mesmo para o segundo ciclo, não se pode deixar de ressaltar as riquezas culturais, naturais e as contribuições que os africanos deram, em todas as áreas, para o desenvolvimento

da humanidade, lembrando sempre que egípcios e núbios eram africanos e negros.

Ao terminar esta explanação a professora Mara fez um questionamento ao grupo de professoras presentes: “Todas as pessoas recebem um tratamento igual na sociedade?”

As reações foram diferenciadas. Todas disseram sim, porém algumas professoras identificaram este tratamento diferenciado como sendo resultado de posição social e questões culturais. Outras o identificaram como sendo questões raciais, outras como sendo questões de gênero ou de deficiência física ou mental.

Todas concordaram que ninguém recebe tratamento igual e que em nossa escola não é diferente. Exatamente por esta constatação, temos que equalizar, termo usado pela própria professora, para indicar ações que busquem harmonizar as diferenças no ambiente escolar.

Essa discussão chamou atenção com relação ao nosso olhar para as diferenças. Em nossa cultura diferenças costumam ser invisibilizadas. É um aprendizado, portanto, aprender a enxergar as diferenças e principalmente as desigualdades que elas suscitam. .

A professora Mara Catarino terminou sua palestra afirmando:

“Precisamos cuidar das relações entre meninos e meninas; índios não vivem ilhados em aldeias mergulhados em inocência infantil; negros não são moreninhos nem marrom bombom; deficientes não são coitadinhos. Precisamos, enquanto educadores, transformar nossa realidade das diferenças para a formação de cidadãos plenos”.

Entendemos o curso de formação ministrado pela professora Mara Catarina como um momento de extrema importância e de contribuição para a efetivação de nosso propósito de compreensão analítica dos processos para a implementação da Lei 10.639/03 no currículo da escola.

Com atitudes mais conscientes no fazer pedagógicos temos o dever de transformar a realidade escolar. Articulando as várias áreas do conhecimento para ensinar e garantir atitudes reflexivas e participativas dos alunos na construção de sua identidade individual e étnica para o pleno exercício da cidadania.

Concluimos ser importante, a todos da escola essa reflexão. Se os seres humanos são todos livres e iguais, produtos e produtores de cultura, a educação para o respeito das diversidades e das relações étnico-raciais precisa ser direcionada para a construção e transformação cultural e identitária de nossa sociedade.

Iniciamos o segundo encontro da comissão de professoras responsáveis por ler, estudar, analisar e discutir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, na biblioteca.

No início do encontro detectamos a necessidade de conhecer e relacionar todo material do conteúdo Diversidade Cultural e Relações Étnico-Raciais, existente na biblioteca Maria Bárbara Santos Chaves, localizada na escola.

A estante específica de materiais sobre os assuntos de história e cultura afro-brasileira e da África e diversidades, nos foi apresentada pela bibliotecária.

Ficamos surpresas com a quantidade e a qualidade de livros e fontes bibliográficas variadas, existentes nesta estante. Durante aproximadamente quatro horas exploramos livros científicos, paradidáticos, didáticos, literários, diretrizes nacionais e municipais, encartes enviados pelo MEC e secretárias estaduais e municipais de educação, além de revistas e livros de fotos.

Todas as professoras da comissão constataram o quão difícil era a tarefa. Mais do que elaborar e organizar conteúdo dos materiais a serem trabalhados, com os seis anos dos 1º e 2º ciclos, teríamos que criar estratégias para conscientização dos profissionais da escola, afim de que estes buscassem a efetiva implementação da lei 10.639/03.

Terminamos nossa reunião listando e organizando todo o acervo bibliográfico sobre Diversidades e História e Cultura Afro-Brasileira e Africana da biblioteca, com o auxílio da bibliotecária.

No encontro seguinte, tomamos a decisão de fazermos a leitura, estudo e discussão nas reuniões das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, por entendermos ser este documento a espinha dorsal para a construção de um currículo verdadeiramente democrático e que considere as questões raciais na sociedade brasileira. As professoras que formam a comissão responsável pela construção do conteúdo programático de Diversidade Cultural e Relações Étnico-Raciais da escola se perceberam desconhecedoras deste documento e reconheceram a necessidade de estudá-lo.

Iniciamos então a leitura das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2005).

Nesta leitura inaugural da apresentação do MEC a professora Simone identificou que não se tratava apenas do conteúdo programático de relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira como haviam imaginado, mas que deveriam se aprofundar também na questão do gênero e na questão indígena.

Na leitura da apresentação do tema pela Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) ficou evidente a grande fluência de opiniões entre os membros da reunião, principalmente com relação aos decretos nº 1331, de 17 de fevereiro de 1854 e nº 7031-A, de 6 de setembro de 1878, que trazem à tona a constatação de o racismo e a exclusão social da população afrodescendente dentro do âmbito educacional daquele momento histórico. O primeiro proibia que os escravos frequentassem as escolas públicas e o segundo determinava ainda que os negros poderiam estudar somente no turno da noite. Nesse sentido a professora Andréia afirmou sua crença no sistema de cotas como um instrumento para corrigir essa exclusão a educação passada por gerações.

No entanto, foi constatado através dos dados apresentados no texto em foco, que somente o sistema de cotas não consegue resolver a situação de exclusão étnico-racial, visto que pessoas negras tem menor número de anos estudados do que pessoal brancas – média de 4,2 anos para negros e 6,2 anos para brancos – na faixa etária de 14 a 15 anos. Notou-se também que o índice de pessoas negras analfabetas é de 12%, maior que o de pessoas brancas na mesma faixa etária; e que cerca de 15% das crianças brancas entre 10 e 14 anos encontram-se no mercado de trabalho, enquanto 40,5% das crianças negras com a mesma idade vivem na mesma situação. Com isso a maioria da população afrodescendente não chega a terminar o ensino básico, portanto não chegam a utilizar o sistema de cotas.

Na reunião seguinte iniciamos com a leitura do relatório do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/DF – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e cultura Afro-Brasileira e Africana. 23001.000215/2002-96 CNE/CP 3/2004, aprovado em 10/03/2004 Proc.230010002015/2002-96.

O relatório nos apresenta, não apenas a Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica, mas também artigos da Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB) que asseguram o direito a igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como preceitos contidos em constituições estaduais e municipais. O objetivo era fazer

análise dos artigos destas constituições em reuniões futuras.

Além destes dispositivos legais se junta o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) lei 8096; de 13 de junho de 1990, bem como o Plano Nacional de Educação lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001 (PNE).

Devemos pensar todos estes dispositivos legais como resultado de lutas e reivindicações de movimentos sociais principalmente o Movimento Negro do Brasil ao longo de sua história. São, portanto, nascidos da constatação concreta de uma realidade social racista e excludente que necessitava de mudanças estruturais.

O relatório nos leva a reconhecer a história e cultura dos afrodescendentes, assim como dos outros grupos étnico-raciais que compõe a nação brasileira. Para buscarmos harmonizar e positivar as relações entre as diferenças na educação, e contribuirmos para formação de cidadãos plenos para a efetiva democracia.

No encontro seguinte, iniciamos a continuação da leitura e discussão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Chamou-nos a atenção o fato do parecer oferecer resposta a demanda de políticas de ações afirmativas para que seja promovido e reconhecido o direito dos afrodescendentes a valorização de sua cultura e história, como parte integrante da história e cultura do Brasil. E que isso possa proporcionar orgulho ao seu pertencimento racial assim como o respeito de todos os brasileiros a essa importante identidade.

Sobre os danos psicológicos materiais, sociais, políticos e educacionais que o sistema escravista proporcionou a africanos negros e seus descendentes, constatamos a necessidade de reparação e ressarcimento a milhões de brasileiros que foram delegados a invisibilidade e a marginalidade social.

A constituição brasileira encarrega o Estado, por meio do artigo 205, o dever de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão e profissional.

Sem a intervenção do Estado a população de excluídos da sociedade jamais conseguiriam romper o sistema de meritocracia, que explica e justifica essa exclusão, responsabilizando os marginalizados que não se esforçam o suficiente, portanto seria natural seu fracasso social.

A demanda dos afrodescendentes por reparação teve, na lei 10.639/03, um importante passo para seu reconhecimento e valorização, visto que, define a

obrigatoriedade de as instituições educacionais incluírem em seus currículos o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Também não há reconhecimento sem justiça e sem valorização do que esta população de afrodescendentes tem de diferente. Para isso é preciso desconstruir posturas, discursos, pensamentos, ideologias, gestos e regras.

É preciso empreender políticas educacionais que questionem as relações desiguais de nossa sociedade hierarquizada, e que busquem a valorização e o respeito aos negros e sua ancestralidade africana, assim como a divulgação dos movimentos de resistência a escravização. Assim como empreender ações contra práticas racistas e depreciativas com relação às características físicas, culturais, históricas dos afrodescendentes que induzem a construção de estereótipos.

Neste momento o grupo fez uma profunda reflexão sobre estas práticas em relação a nossa escola. Constatamos a existência dessas práticas no dia a dia do ambiente escolar. A professora Andreia nos narrou um episódio interessante que marca a necessidade de uma criança negar o seu pertencimento racial por entendê-lo como sendo algo ruim. “Kauã, um menino de seis anos, chegou pra mim chorando e me disse que um colega havia lhe xingado de negro. Eu então afirmei olhando em seus olhos: Você é negro. Ele então passou a gritar: “Eu não sou negro! Eu não sou negro...”. E não parava de chorar.

O grupo entendeu o quanto seria doloroso para qualquer criança, enquanto ser que ainda esta construindo sua identidade, se pensar negro, uma vez que o negro é associado a tudo de pior existente em nossa sociedade racista e preconceituosa. Resolvemos listar termos, apelidos e expressões racistas comuns em nosso cotidiano escolar: Macaco, Pelé, Angolano, Picolé de Pinche, Neguinho, Fumaça, Nigeriano, Zulú, Carvão, Petróleo, Fumo, Urubu, Negão, Idi-Amim, Gorila, Africano, Beiçudo, Cabelo de Bombril, Macumbeiro, Chita, Escuridão, Saci, Assolan, Noturno, Jamaica, Múmia de Fita Isolante, Galinha Preta de Fazer Macumba.

Neste momento nos atentamos para a gravidade com relação a esses termos e a necessidade urgente, através do nosso conteúdo programático, de criarmos estratégias pedagógicas incisivas no combate ao racismo, muitas vezes velado e ou camuflado em piadas, brincadeiras ou apelidos considerados engraçados.

Constatamos que se fazem necessárias políticas de reparação através de ações afirmativas, para que se corrijam desigualdades e discriminações em nosso país. Atentamos também para a necessidade do desenvolvimento de práticas

pedagógicas em na escola que desconstruam a cultura perversa que perpetua em nossa comunidade escolar a exclusão social, por meio da contribuição para formação da identidade de nossas crianças, atualmente pautadas na baixa estima e a não identificação com sua ancestralidade. Precisamos romper com este sistema secular em nosso país que historicamente sempre fez parte da escola.

Por meio da iniciativa de construir um conteúdo programático que atenda as necessidades dos afrodescendentes, entendemos essa preposição como uma ação afirmativa, mola mestra para outros projetos de educação e formação de cidadãos plenos.

Lembramos que a constituição federal em seu “Art. 3º, IV, considera crime preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação”, e que a formação escolar esta atenta para a singularidade e cada indivíduo no desenvolvimento de suas personalidades.

No encontro seguinte, continuamos a leitura das diretrizes e ao chegarmos nas páginas 13, 14, 15, 16 e 17, o grupo discutiu o conceito de relações étnico-raciais. Percebemos o quanto é abrangente este conceito, e que, na prática, estas relações ainda estão longe de serem harmônicas, em nossa realidade escolar. Acreditamos na potencialidade da educação, por meio de práticas escolares, que envolvam o conjunto de indivíduos neste processo: professores, gestores, coordenadores, alunos e pais, e do incentivo a políticas que facilitem a realização destes projetos.

Chamou-nos a atenção também a construção forjada do conceito de raça, que foi socialmente fundamentado na desigualdade entre brancos e negros. Tendo hoje esse conceito sido resignificado pelo movimento negro para o sentido de reconhecimento e valorização do legado africano. Infelizmente sabemos que ainda indica características físicas que influenciam na posição social ocupada por indivíduos negros.

Identificamos uma realidade em na escola que reflete, em alguma medida, a realidade nacional. No que diz respeito à valorização e padronização da cultura e do que é considerado esteticamente bom e belo, o modelo seguido é o europeu, em detrimento a cultura e estética negra. Mesmo sendo, em sua maioria, alunos pretos e pardos, o que percebemos é a não identificação com o pertencimento racial negro. Quase todos esses sujeitos buscam o referencial branco como padrão para formação de sua identidade racial.

Não é difícil compreender tal comportamento, pois identificar-se com ancestrais

escravizados e inferiorizados se torna constrangedor. Daí a necessidade de positivar a história e cultura africana nas práticas pedagógicas para que os alunos, se orgulhem de seu pertencimento racial.

Sabemos que o racismo e a desigualdade social não nascerão na escola mas que perpassam por ela sendo, muitas vezes, reforçadas e perpetuadas nesse espaço formativo .

Entendemos que é importante buscar romper com estes processos, por meio de projetos pedagógicos que possibilitem o combate ao racismo e a desigualdade social. Para isso, é importante que o grupo de professores e educadores detectem equívocos e os desconstruam.

Um desses equívocos é entender que ser negro é ter características físicas próprias somente a negros. No Brasil se escolhe definir-se negro ou não. O movimento negro do Brasil entende que pretos e pardos são negros, pois conforme o fenótipo são reconhecidamente descendentes de africanos. As professoras da comissão nesse momento fez uma reflexão sobre o quanto essa discussão é complexa. O reconhecer-se não é uma decisão baseada exclusivamente nas características, ou seja, no fenótipo. Mas em alguma medida, a construção da identidade racial tem suas bases nessas características, como nos enxergamos e como os outros nos enxergam que construímos nossa identidade racial.

Outro equívoco é o não reconhecimento da complexidade de construção da identidade negra, sempre pautada pela inferiorização e desvalorização, tanto da cultura como dos aspectos físicos herdados dos ancestrais africanos. Na verdade, o termo negro foi criado pelos brancos para designar, pejorativamente, os escravizados. O movimento negro, a partir do final dos anos 70 e anos 80 e 90, resignificou esse termo, reconstruindo-o com sentido de belo, lindo e grandioso.

Equívoco também é afirmar que negros discriminam negros e são racistas, sem levar em conta que vivemos numa sociedade racista e, que em algum momento, todos nós podemos ter alguma atitude racista porque fomos criados nessa sociedade. Portanto a como parte dessa sociedade, em alguma medida incorpora também o discurso racista. Também é preciso nos remetermos a origem histórica do problema. No pós-abolição, com as políticas de branqueamento no Brasil, criou-se uma ideologia que pregava o branco como sendo o puro, o inteligente, o superior, e por isso, deveria comandar a sociedade. Toda a sociedade foi influenciada por essa corrente de pensamento, sendo essa uma questão assimilada e naturalizada até os dias de hoje.

Não somente pelos negros, mas por toda sociedade.

Um equívoco a ser superado, é a crença de que a discussão sobre a questão racial cabe apenas ao movimento negro, a intelectuais e a professores envolvidos nestas questões, porque são negros, porque lecionam conteúdos sobre o assunto ou porque fazem projetos ou especialização acadêmica que envolvam o tema.

Equivocadamente também a ideia de que os racismos, a ideologia de branqueamento e mito da democracia racial, atingem somente população negra. Na verdade o imaginário da sociedade brasileira foi impregnado ao longo da história e de sua formação social. Por tanto a responsabilidade de desconstrução desta ideologia racista é de toda sociedade. Entendemos então que os educadores tem um papel fundamental nesse processo, independente de seu pertencimento racial.

Diante da análise destas questões que permeiam a vida social e escolar de nossos alunos, professores e toda a comunidade escolar, acreditamos que é urgente a construção de um conteúdo programático na escola para que o currículo seja instrumento pedagógico de contribuição para construção de identidades raciais. E que, portanto, contribuem pra que os alunos afro-brasileiros se orgulhem de seu pertencimento racial.

A constatação da importância da história e cultura dos negros por parte dos alunos de todas as raças é essencial para a construção de relações étnico-raciais harmônicas e respeitadas, baseadas na convivência e no questionamento de posturas preconceituosas.

A formação de professores e, neste sentido, se apresenta como uma importante estratégia. Ainda mais quando percebemos que, apesar de grande acervo em nossa biblioteca, poucos professores o utilizam. Somente quem ministra o conteúdo Diversidade e Relações Étnico-raciais utiliza com regularidade o material, afim de preparar suas aulas, sendo apenas cerca de cinco professores do turno da manhã e cinco do turno da tarde. Outras duas professoras também costumam acessar o material porque estão se especializando no tema. Entendemos que esse contingente de profissionais é muito pequeno diante do contingente de professores da escola, a saber, 54 educadores.

No mês de dezembro, a coordenadora reuniu a comissão, em caráter de urgência, para elaborarmos um conteúdo programático, para todos os anos dos dois ciclos. Tínhamos apenas duas horas para realizarmos o trabalho. Esta necessidade se deu em função de exigência da Gerência de avaliação e verificação do

funcionamento Escolar (GAVFE). Foi constatado por este órgão de inspeção, que não havia sido lançado, nos diários de classe de todas as turmas da escola, o conteúdo de Diversidade Cultural e Relações Étnico-Raciais.

Cada membro da comissão rascunhou conteúdos, atividades e projetos que já havia desenvolvido em suas classes. Com relação às turmas de anos diferentes do ciclo que não tivemos acesso, idealizamos, de forma aleatória, conteúdos, atividades e projetos, completando assim a escrita dos conteúdos programáticos de cada ano do primeiro e segundo ciclos. Ao final da reunião a coordenadora reuniu os rascunhos que seriam digitados e colados nos diários. Esta reunião nos frustrou pois não queríamos fazer nada de improviso. Estávamos investindo para preparar um material de qualidade, que trouxesse transformações concretas no currículo e, conseqüentemente, transformasse a realidade escolar.

Nossa primeira reunião no ano de 2015 aconteceu ainda em janeiro. Nesta reunião somente quatro professoras participaram. As outras não estavam repondo greve por isso não estavam presente.

Reiniciamos a leitura das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Nesse momento nos chamou atenção a discussão sobre o eurocentrismo e o afrocentrismo nas determinações sobre o ensino de história afro-brasileira e africana.

As determinações nasceram da luta política e visam, além de garantir vagas para negros nas escolas, valorizar a história e a cultura de seu povo, procurando corrigir erros que as narrativas históricas, pautadas no eurocentrismo vem cometendo a séculos. Não se trata simplesmente de mudar o foco etnocêntrico e eurocêntrico para um afrocêntrico com relação à história e cultura dos povos africanos e afrodescendentes. Temos, antes de qualquer coisa, que entender o afrocentrismo, não como uma vertente teórica oposta à eurocêntrica. Vieira (2006) afirma,

"O afrocentrismo consiste na construção de uma perspectiva teórica radicada na experiência africana. Ela difere do eurocentrismo, porque propõe o resgate e a reconstrução de um centrismo africano, mas não assume uma postura universalista, ou seja, o afro centrismo não propõe que seus elementos sejam universais e aplicáveis a outras experiências humanas". (Vieira,2006, p.4).

Vieira nos aponta o afrocentrismo como possibilidade de conhecer e ensinar a história do povo negro com suas especificidades. Mesmo convivendo com a de outros

povos e, portanto influenciando a história destes e sofrendo influência dos mesmos, a história de africanos e de afrodescendentes deve afirmar aquilo que diferencia o ponto de vista africano dos de outros povos. A professora Simone comentou ser muito importante que Diversidade Cultural e Relações Étnico-Raciais fosse tratada como uma disciplina, no currículo, e que ao organizarmos seu conteúdo, poderíamos seguir a vertente teórica afrocêntrica. Com isso estaríamos contribuindo para a formação de cidadãos atuantes, conhecedores de sua ancestralidade e capazes de compreender as relações étnico-raciais na sociedade brasileira.

Como não havia alunos presentes para fazermos a reposição de aulas, a comissão, agora com quatro professoras, pôde dedicar as quatro horas para avançar em no estudo, leitura e discussão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Nos detivemos na parte que aborda os princípios que precisam ser observados pelos sistemas de ensino, os estabelecimentos e os professores, como referência para a construção de seus currículos. Os três princípios apontados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais nas páginas 18, 19 e 20, são:

- a) Primeiro princípio – Consciência política e histórica da diversidade. Este deve conduzir: à igualdade básica de pessoa humana; à compreensão de que a sociedade é formada por pessoas de diferentes grupos étnico-raciais; ao conhecimento e valorização da história e cultura africana e afro-brasileira; à superação das injustiças, indiferença e desqualificação de negros e indígenas; à desconstrução de ideias de branqueamento racial; à busca de informações por todos os não familiarizados com o estudo de história e cultura afro-brasileira e africana, a fim de romper preconceitos ao diálogo que busque uma sociedade mais justa;
- b) Segundo princípio – Fortalecimento de identidade e de direitos. Este princípio deve orientar para: a afirmação de identidades e de historicidades; rompimento com a negatividade associada a negros e indígenas; esclarecimento quanto a equívoco criado pela ideia de uma identidade humana; combate à privação e violação de direitos; ampliação de informações sobre a diversidade brasileira e a recriação de identidades; criar excelentes condições de instrução em todos os níveis e modalidades de ensino em todos os estabelecimentos, inclusive nas periferias e zonas

rurais.

- c) Terceiro princípio – Ações educativas de combate ao racismo e a discriminações. Este encaminha para: conectar objetivos, estratégias e atividades com experiência de alunos e professores em relações étnico-raciais; crítica dos profissionais da educação a materiais didáticos e sua correção; condições para alunos e professores assumirem relações étnico-raciais positivas; valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, marcas da cultura de raiz africana; educação patrimonial afro-brasileira; dar um sentido construtivo à participação dos diferentes grupos étnico-raciais na construção da nação brasileira; participação de grupos negros e da comunidade na elaboração de PPP, que contemplem a diversidade étnico-racial.

Neste momento a professora Simone compartilhou a percepção de que o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Não foi construído coletivamente, pois não foi convocado nenhum grupo específico de movimentos negros ou de movimentos sociais ou culturais da comunidade, apesar de sabermos da existência deles. Alguns inclusive usam o espaço da Escola Aberta e Escola Integrada (Capoeira e Hip Hop).

A professora Elizabeth entendeu ter sido um descuido, por parte da direção e da coordenação pedagógica da escola, ao organizar as reuniões e grupos de estudo para elaboração e construção do currículo.

Reiterei que não podemos justificar a invisibilidade de grupos sociais que vem por séculos sendo marginalizados, como sendo algo natural

Elizabeth justificando a postura da escola, disse ter sido um momento diferente na história (35 anos): “Antes nunca havia se pensado em PPP, de lá em fazê-lo dentro de perspectivas multiculturais. Também o profissional que nos assessorou naquela época, não nos orientou neste sentido”.

Comentei que a falha foi de todo o grupo. Nós que inconscientemente reforçamos a invisibilidade de grupos negros em nossa sociedade e, não menos em nossa comunidade (bairro Mantiqueira).

Simone concluiu que nos falta formação e informação, apesar de nosso acervo na biblioteca. Que somente por meio de um currículo que nos exija a busca por formação e informação conseguiremos reverter a nossa realidade pedagógica.

Neste sentido os princípios e seus desdobramentos, que lemos, mostram exigências de mudança de mentalidade, de maneiras de pensar e agir dos indivíduos envolvidos diretamente nos processos pedagógicos e culturais de instituições educacionais. É neste sentido que se fazem as seguintes determinações apontadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, página 20:

“O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana articulará o passado e o presente para valorização da identidade do povo negro, garantindo seus direitos como cidadãos. Valorizando as raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeia e asiática;

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana se fará por diferentes meios; busquem compreender e interpretar na perspectiva, organização, raciocínios e pensamento de raiz da cultura africana. Criando relações respeitadas que encorajem a todos expor e defender sua especificidade étnico-racial;

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Educação das Relações Étnico-Raciais, deverão ser desenvolvidas nas diversas modalidades e níveis de ensino como conteúdo de disciplinas, particularmente, educação artística, literatura e história do Brasil”.

Neste ponto a escola se coloca em posição de vanguarda à medida em que se colocou disposta a se apropriar da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, construindo uma disciplina específica sobre a temática. Não que este conteúdo não deva estar presente em outras disciplinas, mas entendemos que existe uma demanda específica e muito desconhecimento que justifica a necessidade de uma disciplina independente com conteúdos próprios, pautados pelo afrocentrismo proposto por Vieira (2006) “As teorias ideológicas eurocêntricas criaram falsificações históricas e até mitos que serviram como fonte das várias imagens estereotipadas sobre a África e os africanos”(2006, p. 2).

Continuamos a leitura das Diretrizes Curriculares Nacionais e constatamos que a elaboração e organização dos conteúdos para a disciplina Diversidade Cultural e Relações Étnico-Raciais, não poderia ser feita de forma a privilegiar um ou outro assunto ou temática, como havíamos imaginado. Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e africana são pré-determinados, assim como maneiras de trabalhá-los, pelas diretrizes nas páginas 21, 22, 23, 24, 25 e 26. Esses conteúdos são:

“O ensino de história afro-brasileira abrangendo as histórias dos quilombos,

começar pelo de Palmares, e de remanescentes de quilombos, que tem contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios e regiões. Datas significativas para cada região e localidade serão devidamente assinaladas, como o dia 13 de maio, dia nacional de denúncia contra o racismo e o dia 20 de novembro em que será celebrado o dia nacional da Consciência Negra. Temos também o dia 21 de março, Dia Internacional de Luta pela eliminação da discriminação racial

Em história da África, tratada em perspectiva positiva, não só de denúncia da miséria e discriminação que atingem o continente, articuladamente com a história dos afrodescendentes no Brasil e serão abordados temas relativo ao papel dos anciãos e dos griots como guardiões da memória; à história da ancestralidade e religiosidade africana; aos núbios e aos egípcios, como civilizações que contribuíram o desenvolvimento da humanidade; às civilizações e organizações políticas pré-coloniais dos reinos do Mali, Congo e do Zimbábue; ao tráfico de escravos do ponto de vista dos escravizados; ao papel de europeus, de asiáticos e de africanos no tráfico; a ocupação colonial da perspectiva dos africanos; às lutas pela independência dos países africanos; às ações em prol da união africana; às relações entre os africanos e a diáspora; à formação compulsória da existência, cultura e história dos povos da diáspora fora da África; à diversidade da diáspora, hoje, nas Américas, Caribe, Europa, Ásia; aos acordos políticos, econômico, educacionais e culturais entre África, Brasil e outros países da diáspora.

Consoante a isso, o ensino de cultura Afro-Brasileira destacará congadas, moçambiques, ensaios maracatus, rodas de samba, entre outras. Já o ensino de cultura africana abrangerá as contribuições do Egito para ciência e Filosofia ocidentais; as universidades africanas no século XVI; as tecnologias de agricultura de mineração e de edificações, bem como a produção científica e artística.

O ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira se fará através de projetos e intervenções, destacando a atuação de negros e seus descendentes em episódios da história do Brasil”.

Com a relação a estes personagens negros e afrodescendentes de destaque, temos na biblioteca um material obtido por meio do curso de formação A Cor da Cultura, do qual participei em 2010, que traz biografias de grandes personalidades e suas contribuições para história, literatura, política, artes, além de outras áreas do Brasil.

A maioria das professoras da comissão não se lembravam deste material e nunca o utilizaram.

Dedicamos um encontro no mês de janeiro de 2015 para conhecer esse material e assistirmos ao DVD: "Heróis de Todo Mundo", que compõe o kit do projeto A Cor da Cultura. Todas as professoras ficaram surpresas a cada herói que era apresentado.

Das quatro professoras da comissão só eu conhecia o DVD. Até mesmo eu me surpreendi fazendo uma releitura sobre os personagens e sua importância e contribuição para a história, artes, literatura, ciência, política, bem como outras áreas do Brasil.

Constatamos nossa ignorância com relação a existência de tais heróis negros na história do Brasil.

O DVD apresentava 30 heróis, mas a professora Simone reconheceu que muitos não foram listados neste material, talvez pela necessidade de limitar, pois se fossem colocados todos teria que se produzir muitos DVDs.

Ficamos perplexas com a história de Luíz Gama, nascido livre e vendido pelo próprio pai como escravo. Fugiu, tornou-se escritor, abolicionista e advogado. Usou o direito para lutar pela abolição. Deixou um legado de luta pela igualdade e liberdade.

O grande poeta Cruz e Souza, também jornalista, é símbolo do início do modernismo no Brasil (o simbolismo), muito antes da semana de arte moderna de 1922, em fins do século XIX. Também lutou pela abolição.

Ficamos surpresas ao constatarmos a negritude de Machado de Assis. Nunca o soubemos negro porque a história e a literatura oficial não o apresentaram assim. Grande e reconhecido escritor, um dos maiores do início do século XX. Fundou a academia brasileira de letras. Infelizmente foi dito nos meios literários de sua época que era um negro de alma branca, segundo a narrativa apresentada no DVD.

Quanto a José do Patrocínio, foi um dos únicos negros que reconhecidamente foi tratado como herói pelos livros de história ao longo do século XX e o é até hoje. Visionário lutou, como jornalista, pela abolição.

Teodoro Sampaio, engenheiro, urbanista, geógrafo e historiador mapeou a região do Rio São Francisco e disse, segundo narrativa do DVD: "A história antes de tudo é uma lição de moral no século XIX".

Leônidas da Silva, jogador que inventou a "bicicleta", foi o primeiro atleta do futebol a ganhar dinheiro numa época em que os jogadores eram explorados por

cartolas que enriqueciam as suas custas.

Nunca tínhamos ouvido falar de Juliano Moreira, primeiro negro médico. Ingressou aos treze anos na Faculdade de medicina da Bahia, de onde se tornou professor. Humanista, levou mudanças ao tratamento psiquiátrico. Apontou como principais motivos das doenças a falta de políticas educacionais e de saneamento básico.

José Corrêia Leite rompeu a barreira da invisibilidade negra no jornalismo e lutou no início do século XX pela conscientização negra via construção da identidade negra. Não conhecíamos sua trajetória e nos impressionou sua importância para o movimento negro no Brasil.

O artista Aleijadinho, talvez tenha sido o personagem que mais conhecíamos devido a grandiosidade e importância de suas obras. Reconhecidas mundialmente, sua produção projetou o barroco mineiro como estilo único, patrimônio da humanidade.

Lima Barreto, grande escritor e jornalista, era negro. Conhecíamos sua obra “O triste fim de Policarpo Quaresma” mas não imaginávamos que o autor fosse negro. Inclusive nos identificamos com seu personagem idealista, mas nunca ouvimos falar no pertencimento racial do autor.

Também nos surpreendeu saber de um Milton Santos que não era o jogador de futebol. Era sim um grande geógrafo defensor da cidadania e da democracia. Foi exilado pelo golpe militar de 1964.

O engenheiro André Rebouças era um visionário que acreditava na democracia agrária em sua potencialidade soluções para solucionar os abismos sociais do Brasil. Lutou contra o escravismo.

Zumbi, líder de mais de 30.000 negros em Palmares, que resistiu a cerca de 60 ataques das tropas coloniais, desafiando o sistema escravista, no maior quilombo da história.

Conhecemos a história de Adhemar Ferreira da Silva, medalhista olímpico no salto triplo em 1952 e 1956 e, inventor da volta olímpica. Pensávamos que o único medalhista nesta modalidade era João do Pulo nos anos 80. Dois notáveis atletas negros.

Nos anos de 1920 Paulo Portela, juntamente com outros sambistas, fundaram a escola de samba Portela . Foi o organizador dos primeiros desfiles de escolas de samba do Rio de Janeiro. Elevou o samba a um status de respeito e reconhecimento

como conjunto de traços culturais do povo brasileiro.

O mestre Pixinguinha, músico, compositor audacioso, fundou a primeira orquestra só de negros do Brasil. Imortalizou a música carinhoso. Segundo a narrativa apresentada no DVD, ele dizia: “Eu cheguei e fui escurecendo o rádio”.

Na religião afro-brasileira Mãe Menininha do Cantoá e Mãe Aninha não foram apenas mães de santo. Foram ícones representantes da cultura afro-brasileira preservando-a e lutando contra o preconceito e as perseguições. Mãe Menininha fez do candomblé uma religião respeitada e reconhecida no Brasil. Juntamente com Mãe Aninha criaram ações de resistência que levaram o presidente Getúlio Vargas a promulgar o decreto que punha fim às perseguições ao candomblé.

Constatamos a coragem destas mulheres ao identificarmos que ainda nos dias de hoje as religiões afro-brasileiras enfrentam pesados preconceitos. Há décadas atrás, em meados do século XX, a perseguição era ainda maior.

Grande foi a contribuição de Tia Ciata, com relação a preservação da cultura afro-brasileira. Nas comidas, religião e nas festas que deram origem ao que mais tarde viria a ser os desfiles das escolas de samba.

Algumas de nós da comissão já conhecíamos a rainha do rádio Elizeth Cardoso, por termos ouvido os discos de nossos pais e avós. Mas não a sabíamos negra.

Fundadora do movimento negro do Brasil, Lélia Gonzalez nos deixou um legado de luta, consciência política e social acerca do papel do negro na luta contra o racismo e contra a crença no mito da “democracia racial”.

Surpresa tivemos ao descobrir que Chiquinha Gonzaga era negra. Nos lembramos que a emissora de televisão Rede Globo exibiu, a alguns anos atrás uma minissérie que contava a vida de Chiquinha Gonzaga. A atriz que a interpretava era Regina Duarte, uma atriz branca. Descobrimos ser ela uma grande, musicista e abolicionista, além de feminista, pela postura com relação ao casamento e perante as instituições tradicionais do século XIX.

Carolina Maria de Jesus, de catadora de papel e favelada se tornou uma escritora reconhecida internacionalmente. Defendeu a ideia, na década de 60, que o Brasil deveria ser governado por alguém que já tivesse passado fome.

Conhecemos a história e a luta de mulheres negras corajosas como Alta de Souza em literatura e, Antonieta de Barros em literatura, educação e política. Venceram o machismo, o racismo e todo tipo de preconceitos.

O heroísmo de João Cândido nos chama a atenção no período da chamada República Velha, no Brasil. Nesta época, negros marinheiros sofriam castigos físicos e maus tratos e, sob a liderança deste revolucionário, se rebelaram.

O Dragão do Mar, cantado por João Bosco. Não imaginávamos se tratar de um herói, jangadeiro, que ofereceu resistência a crueldade dos brancos que queriam embarcar negros como mercadorias.

Artistas talentosos como Benjamin de Oliveira, nos palcos antes reservados somente para artistas brancos, com performances maravilhosas que deixaram sua marca no teatro. Ou como Jackson do Pandeiro, símbolo de talento negro e nordestino que se impôs no sul do Brasil.

Mário de Andrade nos propõe, ainda hoje, uma reflexão com sua afirmativa: “O brasileiro ainda busca sua identidade nacional. E é ótimo não ter nenhum caráter isso significa que podemos incorporar o que mais nos apertecer de tudo que nos cai nas mãos”. E refletindo sobre tal afirmativa, que nos foi narrada no DVD, a professora Andreia concluiu: “A afirmativa de Mário de Andrade nos anos 20 é pertinente ainda nos dias de hoje”.

Concordamos todas com a afirmativa de Mário de Andrade. E nos identificamos como parte importante do processo que permeia essa busca de identidade. Como educadoras e, reconhecendo a escola como protagonista deste processo na medida que colabora para que indivíduos reconheçam seu pertencimento étnico-racial e construa sua identidade.

Terminamos de assistir ao DVD: “Heróis de Todo Mundo”, acreditando na importância em conhecer e reconhecer a existência de outras histórias protagonizadas por outros personagens e verdadeiros heróis negros brasileiros. Como também constatamos a necessidade de levar estas histórias aos alunos.

Na reunião seguinte, concluímos a leitura das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Entendemos que seria importante para todos os professores de todos os anos dos dois ciclos, das diferentes disciplinas e a todos os profissionais da escola envolvidos no processo educacional, que estudasse esse documento para executar suas determinações. É preciso reavaliar nosso fazer pedagógico a partir dos princípios e orientações apontadas pelo documento. Buscar implementar a lei 10.639/03 na realidade escolar para positivar as relações étnico-raciais e combater as

posturas e práticas racismo observadas na escola, assim como em toda sociedade brasileira.

Terminamos a leitura das determinações sobre o ensino aprendido de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana satisfeitas com a quantidade e a qualidade de informações que tivemos, bem como as orientações pedagógicas para reformulações de nosso currículo e construção do conteúdo programático da disciplina Diversidade Cultural e Relação Étnico Raciais da escola . porém sabemos que somos, somente, quatro professoras num universo de mais de cinquenta profissionais. Confirmamos que o ideal seria que toda a escola tivesse formado comissões para estudar o dispositivo em questão, assim como também tomar conhecimento do acervo da biblioteca sobre a Diversidade e História e Cultura afro-brasileira e africana.

Concluimos que as diretrizes referem-se ao resgate da história e cultura dos povos africanos que povoaram o Brasil e de seus descendentes. Nessa medida cabe aos conselhos nacional, estadual e municipal aclimatar estas diretrizes. Com autonomia e participação de afro-descendentes do período escravista aos nosso dias na sociedade, economia, política, cultura da região e localidade, definindo formação de professores, incentivando o desenvolvimento comunitário

Encerramos a leitura das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e cultura Afro-Brasileira e da África, com a certeza que temos muito que fazer. As ações propostas em nosso plano de ação, a priori, foram executadas.

Chegamos ao final desta etapa de trabalho com a certeza que teremos ao longo do ano de 2015 muito trabalho a fazermos, mas convictos que apreendemos, amadurecemos e crescemos muito no que diz respeito a aplicabilidade da Lei 10.639/03, no currículo, no conteúdo programático e, conseqüentemente no cotidiano escolar e em toda comunidade escolar. Assim encerramos nossa última reunião referente ao plano de ação proposto para o ano de 2014.

## **6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluimos por meio desse trabalho que a lei 10.639/03 ainda não é cumprida integralmente na Escola Municipal Moysés Kail. Isso se dá devido à falhas na organização do currículo. Não foram elaborados conteúdos programáticos para a disciplina Diversidade Cultural e Relações Étnico-raciais. Se fez necessária intervenção, no segundo semestre de 2014 e janeiro de 2015, a implementação de um plano de ação, objetivando mudar essa realidade. Em um primeiro momento formou-se uma comissão de professoras da escola para ler, estudar, analisar e discutir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A comissão também participou de curso de formação.

Os objetivos gerais foram alcançados, ou seja, a comissão formada foi instrumentalizada para dar início a reorganização curricular da escola. Mas constatamos haver um longo caminho a percorrer. É necessário que todos os profissionais da escola estejam engajados no firme propósito de transformar nossa realidade escolar a fim de promover relações étnico-raciais respeitadas, combater o racismo e colaborar para construção da identidade dos alunos de forma positiva, para que identifiquem e se orgulhem de seu pertencimento racial.

O primeiro passo foi dado, mas serão necessárias outras ações para a efetiva conscientização de todos os profissionais da escola a cerca da urgência do cumprimento da lei no ambiente da escola. Sob pena de continuarmos por meio de nosso fazer pedagógico produzindo e reproduzindo injustiças e equívocos contra os africanos que vieram para o Brasil e os milhões de afrodescendentes que formam o povo brasileiro. Corremos o risco, também de reafirmamos esteriótipos com relação ao continente africano sem reconhecer as contribuições de suas civilizações para a humanidade.

Os desafios estão postos. Não cabe mais ingenuidades. Conhecemos a realidade desigual e excludente de nossa comunidade escolar de maioria negra e parda. Temos que nos responsabilizarmos por transformá-la a partir da formação de indivíduos que exerçam plenamente a cidadania. Isso se fará a partir da reorganização do currículo e de conteúdos que oportunize uma grande transformação na Escola Municipal Moysés Kalil, e conseqüentemente a implementação da lei 10.639/03.

## 7- REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

CASCUDO, Luís da Câmara. Made in África. São Paulo: Global editora, 2002.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. Para Entender o negro no Brasil de Hoje: História, Realidades, Problemas e Caminhos. São Paulo: Global editora, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Origens Africanas do Brasil Contemporâneo: Histórias, Línguas, Culturas e Civilizações. São Paulo: Global editora, 2009.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Um Currículo Entre Formas e Forças: diferença, devir-artista da contadora de filmes e possibilidades de alegrias em um currículo. Belo Horizonte, 2010.

CORAZZA, Sandra. O Que Quer Um Currículo? Pesquisas pós-críticas em Educação. Petrópolis: editora vozes, 2001.

SCHUMAHER, Schuma; Érico Vital. Mulheres Negras do Brasil. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SILVA, Alberto da Costa. A Manilha e o Libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

VIEIRA, Francisco Sandro Silveira. Do Eurocentrismo ao Afropessimismo. Reflexão Sobre a Construção do imaginário da África no Brasil. Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social PUC-Rio, 2006.

MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: junho de 2005.

PBH. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Educação, 2013.

## ANEXOS

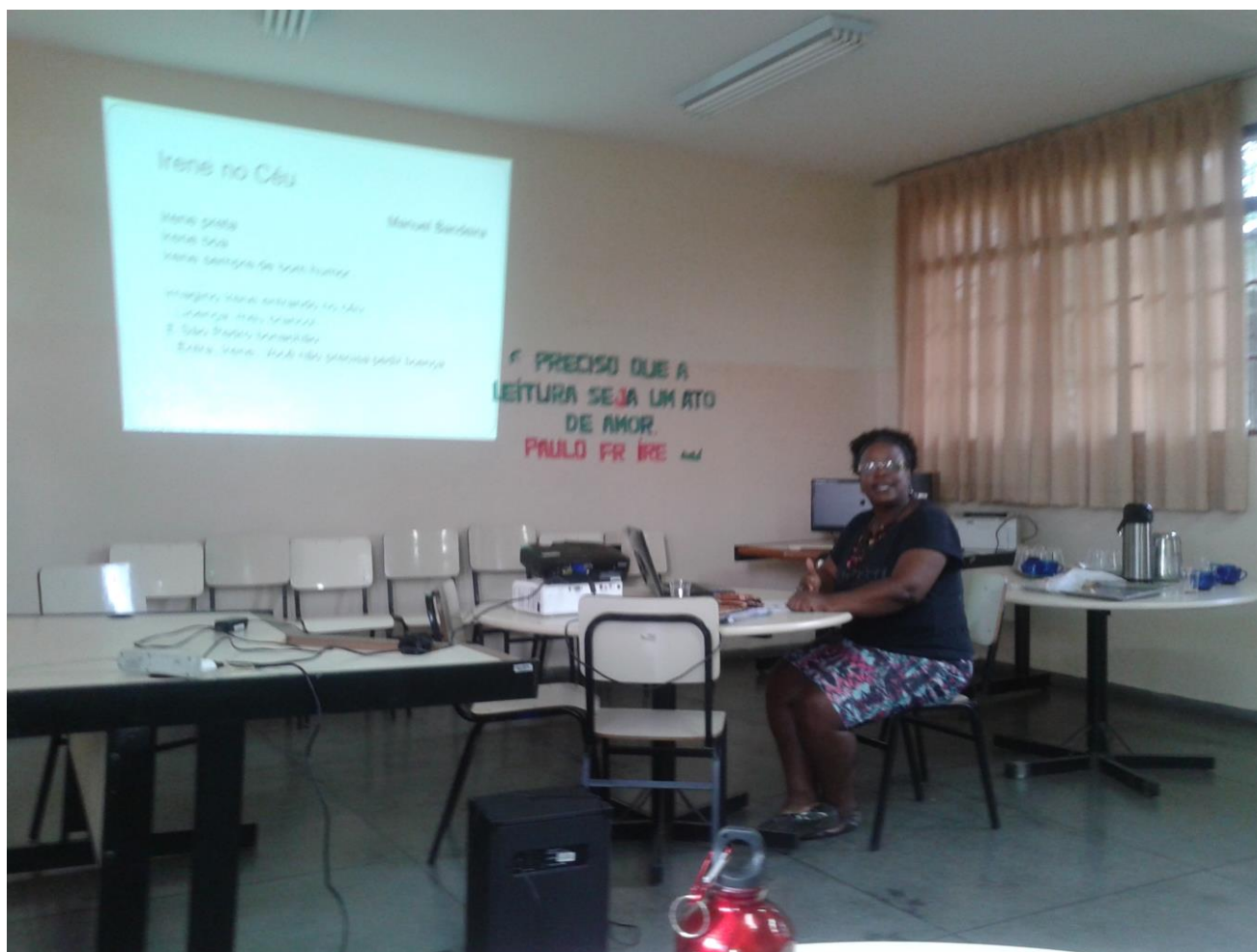


FIGURA 1: Formação na escola, cujo tema era Diversidade no contexto da contemporaneidade.



FIGURA 2 – Reunião da comissão na biblioteca da escola



FIGURA 3- Professoras em formação

